

Ata No 70

Reunião presencial do Comitê Executivo

Em 3 e 4 de março de 2010, Buenos Aires, Argentina.

Redação da ata: Delfina O'Grady

Abertura: quórum

Representantes da área de Indústria: Presença de 2 dos 5 membros.

Guillermo Prone (ACSOJA) e Chris Wells (Santander)

Representantes dos Produtores: Presença de 2 dos 5 membros.

João Shimada (Maggi), Alvaro Dilli (SLC)

Representantes da Sociedade Civil: Presença de 2 dos 5 membros.

Cássio Franco Moreira (WWF), Jeroen Douglas (Solidaridad)

Votos por procuração:

A Fundación Moises Bertoni, a Ethos e a ASA delegaram seus votos a Jeroen Douglas.

A Nutreco delegou seu voto a Jan Kees Vis.

A Dap e a Fundação Mato Grosso delegaram seus votos a João Shimada.

Quarta feira, 3 de março de 2010

1. Aprovação das Atas No 68 e 69

Ata No 68:

Importante: Nova categoria de membros para a cadeia de fornecimento (pág. 4).

Essa categoria permitiria ter mais controle sobre a cadeia de custódia e oferecer um espaço para as partes para as quais a soja não é o ingrediente principal. A Secretaria deveria analisar os possíveis aspectos dessa categoria - a anuidade, o poder de governança - e de informar ao Comitê Executivo acerca desta análise.

As atas foram revisadas e aprovadas.

Ata No 69: *As atas foram revisadas e aprovadas.*

2. Atualização da Unidade Administrativa e de Governança (AGU, segundo acrônimo em inglês)

Apresentação de balanço financeiro de 2009 e de orçamento de 2010

Importante: No orçamento 2010 são calculadas as receitas em percentuais por doações já confirmadas e doações ainda não confirmadas.

As possíveis doações não confirmadas são:

Solidaridad (para os testes de campo e as AAVC), BACP (para as AAVC), União Européia (Projeto Salsa, com um programa de três anos que visa ao Foco e à Gestão, à Adoção de Padrões, à Avaliação, à Implementação da Plataforma, ao Treinamento e à Divulgação), IDH (para AAVC, coordenador técnico, programa de treinamento), LNV – governo da Holanda (depende de um co-financiamento fora da Holanda).

O orçamento não está apresentado corretamente e deve ser melhorado. Recomenda-se fazer um orçamento exaustivo embasado na receita real e nas despesas estimadas.

As possíveis receitas a serem analisadas no futuro são: certificações, cursos de implementação e royalty.

Sugere-se dar ao tesoureiro maior controle sobre os fundos da Associação. Visto que a Associação tem duas contas na Suíça, a Conta A, para o depósito de fundos, e a Conta B, para os fundos destinados às despesas administradas pela Secretaria. A proposta é dar o Tesoureiro eo Presidente poder sobre a Conta A. Assim, a Secretaria solicitará ocasionalmente o dinheiro necessário para suas atividades e o tesoureiro poderá controlar as receitas e as despesas durante o ano inteiro.

Auditoria: A próxima auditoria será executada pela firma *Dechiara & Asociados*. O resultado da auditoria e o plano operacional estarão prontos para antes do dia 21 de maio.

Conclusões:

- Na próxima reunião do Comitê Executivo o orçamento de 2010 deveria ser apresentado novamente com o formato seguinte: uma página com as receitas asseguradas e efetivas e com as despesas principais da Associação. Outra página com as receitas estimadas, mas ainda não confirmadas, e as despesas adicionais.

- O poder de administração da Conta A, no banco UBS, será repassado ao tesoureiro.

3. Documentos da listagem de controle da AG e assuntos para a AG 2010

Na próxima Assembléia Geral Ordinária serão apresentados o orçamento, o plano operacional e os resultados da auditoria. Além disso, serão selecionados os auditores para a auditoria seguinte. Por sua vez, é preciso encaminhar a resolução sobre o critério 4.4 (AAVC) à Assembléia Geral, além do sistema de certificação, da cadeia de custódia e da proposta da RTRS à EU RED, para solicitar o reconhecimento do padrão RTRS como esquema voluntário.

4. Atualização da Unidade Técnica e de Programa

Grupos e atividades dentro da área:

Grupo de EU RED, Provas de Campo, Grupo de Rastreabilidade e Market Claim, Interpretações Nacionais, Grupo Técnico Internacional, Grupo Técnico Internacional de Verificação e Sistema de verificação.

Provas de campo e Interpretações Nacionais:

Países envolvidos: Brasil, Argentina, Paraguai e Índia.

Os hectares envolvidos aumentaram respeito da quantidade estimada em outubro passado visto que ingressaram novas organizações com El Tejar na Argentina e Guyra no Paraguai. Os hectares destinados atualmente à implementação de nossos Princípios e Critérios são 223.775, com uma média de soja por hectare de 2,89 e uma estimativa de 648.222, 14 toneladas de soja.

Na Índia, 7.000 pequenos produtores estão realizando testes de campo em vez de 2500, com média de 1,5 hectares.

No Brasil, APDC confirmou 17.000 hectares para os testes de campo, com uma média de 3 toneladas por hectare.

Atualmente, existem planos para fazer provas de campo na Bolívia, com a ajuda financeira de Solidaridad.

Durante outubro de 2009 se reuniram os grupos técnicos nacionais. O resultado de seu trabalho foi publicado no nosso site e foi feita uma chamada para consulta pública desde novembro de 2009 até janeiro de 2010. A segunda reunião dos grupos técnicos terá lugar durante junho/julho com o intuito de adaptar as Interpretações Nacionais à versão final dos P&C. Depois disso, a ProForest controlará a consonância técnica e de procedimentos respeito dos P&C.

Grupo Técnico Internacional: O GTI se reunirá em março para analisar o feedback das provas de campo, os requisitos da EU RED e a adaptação dos P&C para a implementação pelos pequenos produtores. Depois disso, a versão final dos P&C terá de ser aprovada pela Assembléia Geral.

Sistema de Verificação e ITVG: O sistema foi desenvolvido pela Control Union e posteriormente foi revisado pela ProForest. O ITVG revisará o sistema de certificação, a certificação de grupo e a acreditação e colocará este sistema em consonância com os requisitos da diretiva EU RED.

Observações/Conclusões:

- Os Grupos Técnicos Nacionais terão de trabalhar na descrição das leis aplicáveis.
- Adotou-se a decisão de dar a orientação seguinte ao ITG respeito do item 4.4: na reunião da Assembléia Geral, o Comitê Executivo deverá comunicar aos membros sobre a existência de dois focos. No curto prazo, aqueles produtores que quiserem averiguar se há AAVC nas suas propriedades deverão fazer uma avaliação conforme à documentação de orientação existente. No médio prazo, não ulterior ao ano 2012, a RTRS criará um mapa oferecendo informação sobre biodiversidade em grande escala.

5. Assuntos para a RT5

Conclusões:

1. Não vincular a seção social apenas com comida, a seção do meio ambiente apenas com alimentos nem a seção financeira apenas com bio-combustíveis.
2. Trazer pessoas com casos reais.
3. As seções devem começar com a RTRS.
4. **Principais panelistas:** Um representante do Brasil para a abertura. Para o encerramento, poderíamos convidar o Ministro Madhya Pradesh, da Índia.
5. **Seção financeira:** Poderia ser apresentado um relatório sobre a cadeia de custódia, apresentado possivelmente pela Newforesight.
6. **Seção ambiental:** Incluir o assunto das AAVC, apresentado possivelmente pela WWF.
7. **Seção social:** Uma análise social do Mato Grosso, apresentada pelo Grupo André Maggi, possivelmente.

Quinta feira, 4 de março de 2010

6. Atualização da Unidade de Extensão e Serviços para Produtores (POU)

Conquistas da Área de Comunicação:

Publicação de 2 Newsletters: Tempo de distribuição: 1 vez por trimestre.

Um novo site, com mais utilitários. O membro pode fazer o upload de informações, o download de documentos, atualizar seu perfil, etc.

Foi criado um micro site para anunciar a nova conferência internacional.

www.annualconference.responsiblesoy.org

Conquistas das atividades de extensão durante 2009:

A RTRS cresceu de 77 para 114 membros (48% ↑).

A representação de países na RTRS subiu de 14 para 19 países.

Primeiro membro na China e a adição de um parceiro estratégico: a Associação da Indústria da Soja na China (*China Soy Industry Association*).

Os primeiros 10 membros na Índia.

O grupo dos Produtores aumentou de 10 para 22 produtores.

ABCD (em representação das grandes indústrias de commodities) é membro da RTRS.

7. Relatório do grupo de trabalho TMC sobre Opções da Cadeia de Custódia Apresentação proferida por Marrit Rooda. Recomendações principais:

Quatro modelos de rastreabilidade:

Segregação: Este modelo garante que a soja certificada entregue ao usuário final seja inteiramente responsável e que provenha apenas de produtores com certificação da RTRS. Há identificação de silos que têm soja responsável.

Custo: Alto
Confiabilidade: Alta

Balanco de massa conforme à diretiva EU RED: este modelo permite o controle de mistura de soja responsável certificada e não-certificada, em nível de “local individual” ou tanque/silo, em qualquer etapa da cadeia.

Custo: Médio - Alto
Confiabilidade: Média-Alta

Balanco de Massa de grupo de companhias: Pode ser aplicado por diferentes localizações de uma companhia ou por uma associação de companhias, mas deve ser dentro de um mesmo país. Este modelo permite créditos certificados de soja responsável para alocar livremente dentro de um grupo de empresas aos produtores de soja. Os volumes certificados vendidos pela empresa individual como parte do grupo não ultrapassa os volumes certificados recebidos pelo grupo inteiro.

Custo: Médio - Baixo
Confiabilidade: Média - Baixa

Comercialização de certificados: Sistema administrativo que oferece créditos comercializáveis pela produção de soja responsável certificada, independentemente dos fluxos de produtos físicos. Ele permite a transferência de créditos por volume de soja responsável do produtor diretamente aos atores da cadeia de fornecimento.

Custo: Baixo
Confiabilidade: Baixa

Metodologia:

Comercialização de certificados: mediante um sistema de informação centralizado em que os certificados e os volumes comerciáveis estimados pelo auditor são cadastrados (apresentados em créditos). O produtor poderá vender os créditos e os outros atores da cadeia de valor poderão comprá-los e vendê-los. Como não há relação física com a soja responsável, o produtor poderá contar com 80% da produção estimada na data de início e, depois, a certificadora comparará o volume de produção real com o volume estimado.

Os titulares desses certificados deveriam ser membros da RTRS.

Há quatro tipos de certificados: soja, óleo, farelo, casca.

Segregação e balanço de massa: mediante um sistema descentralizado de Certificação da Cadeia de Valor (SCC, segundo acrônimo em inglês). Como fonte de informação seriam utilizados os

sistemas de comércio das companhias e os documentos nacionais disponíveis nos diferentes países. Todos os atores na cadeia de valor devem estar certificados. Os pontos auditáveis de cada ator muda conforme o modelo de rastreabilidade utilizado por cada um deles. Os produtos com ingredientes de soja serão registrados no sistema sobre a base da taxa de conversão real.

Importante: Deveria esclarecer-se explicitamente na RTRS que se espera um aumento progressivo do tempo de produção e compra de soja responsável pelos membros, “Aumento no nível de compromisso”.

Não é considerado necessário ter 4 tipos de certificados.

Não é considerado conveniente que o produtor tenha certificados desde o começo. É preferível outorgá-los depois da safra.

A utilização de documentos existentes para a certificação da cadeia de valor (SCC) nos países onde já existe essa cadeia parece ser uma recomendação certa. O fluxo de soja responsável também deverá ser controlado pelos auditores.

Conclusões:

- O Comitê Executivo aceita a recomendação de desenvolver os 4 modelos de rastreabilidade.
- A RTRS criará um padrão dirigido pela área técnica para a cadeia de custódia, que durante o primeiro ano de sua aplicação terá uma focalização de “teste piloto”.
- Depois disso, será criado um manual com diagramas para que os membros compreendam a metodologia e, subseqüentemente, os membros receberão suporte.
- É tomada a decisão de que o sistema para o comércio de certificação seja fornecido por um fornecedor externo, selecionado por leilão.
- A validade dos certificados para o comércio de certificados deverá estender-se por um período de um ano.
- O Comitê Executivo não considera necessário que o Grupo TMC trabalhe na compatibilidade dos modelos com os requisitos da diretiva EU RED, porque existe um grupo especialista nesta adaptação. Ele tampouco considera conveniente pedir ao grupo TMC que trabalhe na geração de documentos de “claims” e guias de comunicação para os produtos certificados. Para esta última tarefa, o Comitê considerará a criação de um sub-grupo como opção, bem como a utilização de guias existentes utilizadas por outras organizações. A Secretaria preparará um plano de ação sobre este assunto, que inclua o desenho de um logo.
- A IDH pode utilizar o documento criado pelo TMC WG com fins educacionais, sem que por isso o documento deixe de pertencer à RTRS.

8. Relatório do Grupo de Trabalho da diretiva EU RED

Apresentação proferida por Federico Pochat, membro do grupo

O grupo está trabalhando em alinhar os P&C da RTRS com a diretiva EU RED para que o padrão da RTRS possa ser aceito como esquema voluntário. Os biocombustíveis devem adaptar-se ao critério de sustentabilidade da EU RED.

O documento dos P&C já está alinhado com a diretiva EU RED, exceto nos seguintes pontos: Modelo de rastreabilidade, cálculo de GEE (Gases Efeito Estufa), esquema de certificação, data de corte e utilização do solo.

Modelo de rastreabilidade: O grupo TMC incluiu o Balanço de Massa como modelo possível levando em conta os requisitos da EU RED.

Cálculo de GEE: A RTRS pode utilizar a metodologia da GTZ como metodologia existente e, depois, ter a possibilidade de desenvolver uma metodologia própria. Recomenda-se estabelecer isto em um documento anexo.

Data de corte: A data exigida é 1º de fevereiro de 2008 (a data dos P&C da RTRS é 28 de maio de 2009). É feita a proposta de adicionar a data da EU RED aos P&C.

Utilização do solo: O critério 4.4 não parece ser compatível com a diretiva EU RED. Para tanto, deveria ser feita uma definição mais clara de Áreas de Alto Valor de Conservação. Recomenda-se incorporar isto aos P&C.

Sistema de Certificação: A EU RED tem certos requisitos sobre este ponto, que devem ser levados em conta pelo ITVG.

Conclusões:

- O Comitê apóia o trabalho do Grupo EU RED.
- O Comitê aceita utilizar a metodologia da GTZ para calcular os GEE e também acha conveniente contatar outras organizações e mesas-redondas para criar uma ferramenta para esse fim.
- Aceita-se colocar um anexo aos P&C, que inclua a data de corte e a utilização do solo exigido pela EU RED.
- O anexo não será obrigatório para os produtores, mas apenas para aqueles que desejem produzir soja como matéria-prima para bio-combustíveis.

9. Marca registrada e logo da RTRS

Os advogados da RTRS na Argentina, a firma *Bruchou, Fernandez Madero y Lombardi*, fizeram uma apresentação na qual foram indicados os passos e procedimentos para registrar uma marca global.

O Comitê acha que é necessário fazer o registro da marca.

A RTRS solicitará um orçamento à firma *Bruchou, Fernández Madero & Lombardi*. Na próxima reunião do Comitê serão apresentados diferentes logos opcionais.

10. Carta da ABIOVE

Considera-se necessário ter uma reunião presencial com a Abiove para dialogar acerca dos pontos da carta enviada à RTRS, especialmente, dos três pontos seguintes:

- 1) Desequilíbrio geográfico da Associação.
- 2) A legislação brasileira e os requisitos exigidos nos P&C pela RTRS.
- 3) Pagamento por serviços ambientais.

É preciso debater esses pontos porque o Comitê acredita que é possível trabalhar junto à Abiove para melhorar esses aspectos.

Conclusão: A Secretaria Executiva convidará a Abiove para celebrar uma reunião para debater abertamente os pontos mencionados. Alguns representantes do Comitê, como Chris Wells, Cássio e João Shimada aceitam participar da reunião.

Para o convite, o e-mail será enviado com cópia para os membros do Grupo de Trabalho da Soja da Abiove.

11. Próxima teleconferência e reunião

Visto que os documentos para remeter à Assembléia Geral devem estar prontos em 21 de maio, sugere-se que antes disso seja feita uma reunião presencial do Comitê Executivo para analisar os pontos necessários para apresentar perante a Assembléia Geral como:

O sistema de certificação, a cadeia de custódia, a concordância entre os P&C e a diretiva EU RED, entre outros.

Data e lugar da próxima reunião: 10 e 11 de maio, na Holanda.

Próxima teleconferência: Semana de 6 de abril. Enviar um doodle.

12. Reunião privada do CE.

A reunião conclui com uma sessão privada do CE, a modo de encerramento.

Lista de atividades pendentes:

Atividade #	O quê?	Quem?	Quando?
1	Nova categoria de membros para a cadeia de fornecimento	Secretaria	Próxima reunião do Comitê Executivo
2	Apresentação do orçamento com correções	Miguel	Próxima reunião do Comitê Executivo
3	Criação de um padrão de SCC	Secretaria	2010
4	Responder ao grupo TMC acerca de seu oferecimento	Secretaria	O quanto antes
5	Plano de ação para “claims” e guias de comunicação + opções de logo	Secretaria/Ben	Próxima reunião do Comitê Executivo
6	Enviar doodle para a próxima teleconferência	Secretaria	O quanto antes